



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Divisão de Consignação em Benefícios

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA DESCONTOS DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA
DOCUMENTOS EXIGIDOS

Para dar início ao processo de análise de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para operacionalização de desconto de mensalidade associativa em Aposentadorias e Pensões por Morte pagas pelo INSS, inicialmente, a Entidade/Associação interessada deverá **enviar os seguintes documentos para o e-mail acordo.mensalidade@inss.gov.br:**

1. Preencher e assinar a Declaração de Concordância e Veracidade - Usuário Externo SEI-INSS - <https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/DeclaraodeConcordanciaeVeracidadecadastrodeusurioexternonoSistemaEletrnicodeInformaesSEI.pdf>
2. Efetuar o cadastro eletrônico de Usuário Externo SEI-INSS (utilizar o e-mail institucional da Entidade) - https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
3. RG, CPF e comprovante de residência do Usuário Externo cadastrado;
4. Ofício com a solicitação do acordo proposto;
5. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ;
6. Estatuto Social da Entidade e suas alterações (registrada em cartório);
7. RG e do CPF da pessoa competente para assinar o acordo, conforme o Estatuto Social;
8. Assembleia Geral que elegeu a atual diretoria (registrada em cartório);
9. Ata de Assembleia Geral que definiu o percentual de desconto (registrada em cartório);
10. Informações acerca das formas atuais de cobrança da mensalidade associativa;
11. Documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
12. Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o Estatuto, com número e órgão expedidor da identidade, CPF, endereço, telefone de cada um deles ;
13. Relação dos Associados/Filiados da entidade, **contendo os dados: nome completo, CPF e número do benefício dos associados/filiados**;
14. Apresentar documentos que comprovem a capacidade técnica operacional de realizar o objeto do acordo:
 - a) *Demonstração de estrutura administrativa da entidade, devendo possuir minimamente sala com computadores, sala com os arquivos de filiação e local de reuniões das assembleias da entidade;*
 - b) *Existência de pessoal administrativo, para atendimento ao associado, comprovada por meio de Carteira de Trabalho assinada (anterior ao pedido de celebração do ACT) ou termo de contrato de colaboradores com reconhecimento de assinaturas em Cartório;*
 - c) *Relatório com fotos de todas as dependências físicas da sede social (visualização das áreas internas, fachadas, da rua, geolocalização do prédio e planta baixa de arquitetura, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da sede social) e demais documentos que comprovem a regularidade da estrutura física do prédio-sede.*
15. Comprovação de que a entidade possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social:
 - a) *Relatório com fotos de eventos, matérias jornalísticas de atividades e ações sociais recentemente promovidas pela Requerente em favor de seus associados;*
 - b) *Site de internet e instalações da Central/Serviço de Atendimento ao Filiado/Associado.*
16. Declaração de Adimplência e de que a Entidade Requerente cumpre com o disposto no inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93; no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019, de 2014; e no art. 27, do Decreto nº. 8.726/2016. A Declaração deverá conter as mesmas declarações, destaques e informações do modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

O(A) _____ [nome da Entidade Requerente], CNPJ: _____, através de seu(sua) Representante Legal, conforme previsto no Estatuto Social, _____ [nome do(a) Representante], CPF: _____, sob as penas da Lei (art. 299 do Código Penal), DECLARA QUE O(A) PROPONENTE:

1. **NÃO** se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta ou Indireta;

2. **NÃO** emprega qualquer trabalho a menores de dezesseis anos e/ou trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito, em respeito à vedação do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, combinado com o inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93;

3. **Atende ao disposto no art. 27 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016:**

I - não há, em seu quadro de dirigentes:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; e

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º Para fins deste Decreto, entende-se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

§ 2º Para fins deste Decreto, não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

4. **Atende ao disposto no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014:**

I - Está regularmente constituída;

II - Que prestou contas sob a parceria anteriormente celebrada;

III - Que não possui como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, inclusive no que se refere aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - Que não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos;

V - Que não foi punida com sanções de:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada na alínea anterior;

VI - Que não teve as contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - Que não possui entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992.

Cidade/UF

Data

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE

Cargo na Entidade Requerente



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Divisão de Consignação em Benefícios

Após o envio dos documentos iniciais (página 1), a Entidade/Associação interessada deve aguardar a análise preliminar que será realizada pelo INSS, devendo estar atenta às notificações que serão encaminhadas para o e-mail cadastrado como Usuário Externo SEI-INSS.

Após essa análise inicial, caso haja cumprimento das exigências legais e das normas vigentes, a Entidade será notificada por e-mail para apresentar documentos complementares. Tais como:

1. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (RFB/PGFN - agrega a antiga CND do INSS) - <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
2. Certidão negativa estadual/distrital - Secretaria de Fazenda Estadual/Distrital (Unidade da Federação da sede da Requerente);
3. Certidão negativa municipal - Secretaria Municipal de Fazenda (município da sede da Requerente);
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF - <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>
5. Certidão de Regularidade Trabalhista (CNDT) - <https://www.tst.jus.br/certidao>
6. Cadastro como Entidade Sem Fins Lucrativos na Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) através do Portal Consumidor - <https://consumidor.gov.br/pages/conteudo/publico/2>
7. Certidão de Registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) ou Cadastro Especial de Colônias de Pescadores (CECP) ou Cadastro de Entidades Sindicais Especiais (CESE), emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
8. Certidão negativa correcional da CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) - <https://certidoes.cgu.gov.br>
9. Cadastro, Regularidade e Adimplência no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV - TransfereGov.br - <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/sistemas/aceso-livre>
10. Certidão Negativa do Sistema de Contas Irregulares do TCU - CNPJ – link: <https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:16197853306263:::P21 TIPO:CNPJ>
11. Certidões Negativas do Sistema de Contas Irregulares do TCU - CPF dos Representantes - <https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:16197853306263:::P21 TIPO:CNPJ>
12. Certidão Negativa do Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>
13. Certidões Negativas do Sistema Inabilitados do TCU - CPF dos Representantes <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:8605232031132:::P3 TIPO RELACAO:INABILITADO>
14. Certidões Negativas do Sistema Inidôneos do TCU - CPF dos Representantes - <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:5521762228645:::P3 TIPO:CPF>
15. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

Importante esclarecer que, para celebrar Acordo com o INSS, a Requerente **não pode estar inscrita como inadimplente ou com pendências junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e/ou no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)**, que será consultado pelo INSS na fase final de formalização do processo.

Dada a complexidade de análise e necessidade de aprovação das áreas competentes do INSS, o prazo médio atualmente é de 150 dias para a conclusão de todos os feitos, ou mais, caso a Requerente não apresente toda a documentação exigida nos moldes das normas e recomendações do INSS.